



PROGRAMA MULHERES MIL: A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES POBRES

Autores. Fernanda de Magalhães Trindade. Maria Simone Vione Schwengber. Instituto Federal Farroupilha; fernanda.trindade@iffarroupilha.edu.br. Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; simone@unijui.com.br.

Tema. Eixo temático 2.

Modalidade. 1. Nível educativo profissional.

Resumo. Este trabalho tem como objetivo analisar o Programa Mulheres Mil, com um olhar atento à formação de professores e à inclusão de mulheres pobres. O Programa Mulheres Mil é uma política brasileira, voltada à educação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista o ingresso no mundo do trabalho público e a geração de renda. Metodologicamente, utilizou-se a análise documental e entrevistas narrativas com as participantes. Conclui-se que os professores de ciências, que ministraram disciplinas voltadas a saúde física e mental das mulheres, contribuíram para o autoconhecimento e elevação da autoestima. Já os que trabalharam com questões profissionais, como nutrição e biofísica dos alimentos, acabaram por reforçar alguns papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho, e pouco contribuíram com a inclusão de mulheres pobres.

Palavras-chaves. Educação profissional, Mulheres, Programa Mulheres Mil.

Introdução

Este trabalho apresenta alguns dos resultados que integram a tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijui, em 2017. Tem como objetivo analisar o programa brasileiro Mulheres Mil, com um olhar atento à formação de professores e à inclusão de mulheres pobres.

Os programas destinados à educação profissional e à inclusão de mulheres são importantes, pois, no Brasil, a população é composta por 51,7% de mulheres e 48,3% de homens (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018). Mesmo sendo a maioria, as mulheres foram e são consideradas um grupo excluído socialmente, assim como os negros, os índios, as pessoas de baixa renda e outros. E ainda que tenham nível de escolaridade superior ao dos homens, um diagnóstico da economia apresenta as desigualdades de participação e de rendimentos. Em 2018, a taxa de participação das mulheres no mundo do trabalho público era bem aquém da dos homens, 52,9% e 72,0%, e os rendimentos eram em média R\$1.874,00 e R\$2.382,00, respectivamente (IBGE, 2018).

Nesse contexto, surge o Programa Mulheres Mil, atualmente vinculado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, com o objetivo de ampliar o acesso à educação profissional para mulheres brasileiras em situação de pobreza. O nível de instrução de mulheres aparece como fator decisivo para ingresso no mundo do trabalho público, visto que a taxa de participação de mulheres com ensino superior completo é 2,6 vezes maior do que as com ensino fundamental incompleto ou sem instrução (IBGE, 2018).

Tal programa foi instituído em 2011, pela portaria nº 1.015 de 21 de julho do mesmo ano, e utiliza a metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, que privilegia temas transversais para a formação cidadã das mulheres, como: direitos e deveres, elevação da autoestima, saúde, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mundo do trabalho e o exercício pleno da

cidadania. O uso dessa metodologia tem o propósito de investir nas mulheres enquanto indivíduos, buscando promover a igualdade de gênero e o desenvolvimento social e econômico sustentáveis (Brasil, 2014).

Nesta pesquisa, optou-se por analisar o curso de Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca, destinado as mulheres pescadoras, esposas e filhas de pescadores. O curso foi ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, *campus* São Borja (RS), nos municípios de São Borja (RS) e Itaqui (RS), no ano de 2012.

Para a sua realização, contou com a participação de uma equipe multidisciplinar e metodologias de ensino-aprendizagem variadas, com carga horária de 180 horas. Entre os docentes, para esta pesquisa destaca-se a formação em Biologia, Física e Química, para ministrar conteúdos nas áreas da saúde, nutrição, educação socioambiental, biofísica dos alimentos. Sendo assim, indaga-se se os docentes estão qualificados para atuarem na educação profissional, se a formação de professores de ciências contempla a inclusão das mulheres pobres ou, se ao contrário, reproduz conteúdos disciplinares e técnicos, sem um olhar atento para a diversidade.

Educação profissional para mulheres pobres: políticas afirmativas para a inclusão

Problematiza-se aqui a centralidade da educação profissional dirigida exclusivamente às mulheres pobres. O Programa Mulheres Mil é uma política afirmativa do governo brasileiro para atender mulheres marginalizadas do mundo do trabalho público e acesso à renda. Tais políticas constituem, conforme Piovesan (2005, p. 49), “medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos”.

Como política afirmativa, o Programa Mulheres Mil está embasado numa concepção de pobreza e de mulheres pobres “a serem excluídas” do processo social e produtivo. A ideia central desse programa é investir em educação profissional para melhorar as condições de empregabilidade e renda dessas mulheres. Nesse sentido, a profissionalização pode ser entendida como o “processo pelo qual ocupações adquirem o status de profissão, devendo-se esclarecer o caráter historicamente contingente desse processo e suas formas e variações em diferentes sociedades” (Ramos, 2006, p. 51).

A educação profissional pode ser entendida, ainda, como

Educação continuada, formação em serviços, sociedade do conhecimento, organizações qualificantes, empregabilidade, competências, entre outras, são expressões que revelam uma contextualidade imbricada em determinismos sociais que, não raras vezes, se apresentam revestidos de um forte poder simbólico de convencimento que envolve o discurso da educação como instrumento ou meio assegurador de inserção profissional, de aumento da renda, enfim, de inclusão social (Fidalgo, Correia & Fidalgo, 2012, p. 254).

Para alcançar essa profissionalização, retoma-se aqui o objetivo do curso de Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca, de capacitar as mulheres para o processo de produção e venda de alimentos feitos à base de peixe. Nota-se que o objetivo dessa política educacional está vinculado às finalidades econômicas, cujos objetivos específicos visam o desenvolvimento de ações empreendedoras sustentáveis e a inclusão no mundo de trabalho por meio de ações cooperativas.

O planejamento da oferta educacional profissional do Programa Mulheres Mil é realizado em face das medidas para a geração de emprego e renda e de forma articulada às tendências produtivas da região, marcadas pela presença do Rio Uruguai e da

Pesca Artesanal de Água Doce, de forma a transformar o saber prático das mulheres participantes em um saber técnico, profissionalizado e produtivo.

Sendo assim, a formação do Programa Mulheres Mil visa atender às demandas do setor produtivo no que se refere aos aspectos técnicos necessários ao exercício da atividade profissional relacionada à pesca, ofertando conhecimentos sobre aspectos nutricionais do pescado, educação socioambiental para a manutenção da atividade e biofísica dos alimentos.

Entretanto, cabe questionar se essa política afirmativa realmente funciona como instrumento de recuperação de mulheres pobres. Até que ponto a formação docente dos profissionais envolvidos é capaz de pensar a inclusão? A educação profissional para ingresso no mundo do trabalho público e geração de renda, mesmo representando a afirmação dessas mulheres pobres como mulheres econômicas, implicam na sua inclusão social, produtiva e política? Para Juliana Pereira (2015), o termo “inclusão” não se aplica à realidade, sendo uma expressão funcional à ordem capitalista. Sendo assim, faz-se necessário analisar este programa, a problemática social e a exclusão das mulheres, principalmente as pobres.

Parte-se do princípio que educar é um desafio social. Pode ser tanto uma prática alienante ou emancipadora, portanto não pode ser vista dentro de limites fechados. E a figura do professor – aqui representado pelo professor de ciências – aparece como um dos principais protagonistas para a emancipação dessas mulheres pobres. Trata-se de uma educação decolonial, compreendida como uma educação que promove a emancipação, o pensamento crítico, a consciência de classe, a igualdade e a justiça (Teixeira & Barcelos, 2020).

Metodologia

Para atingir o objetivo proposto, optou-se pela metodologia qualitativa, com o intuito de conhecer melhor as mulheres participantes desse programa. Recorreu-se ainda a análise de documentos que institucionalizam o Programa Mulheres Mil e a entrevistas narrativas, para perceber os significados que emergiram nessas mulheres, para seu desenvolvimento e inclusão produtiva e social.

Segundo Jeane Félix (2012), a técnica de entrevista narrativa foi desenvolvida na década de 1970 por Fritz Schütze e trouxe inovações para as técnicas de produção de dados no âmbito das pesquisas sociais. Tal técnica permite “reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível” (Jovchelovitch & Bauer, 2002, p. 93).

As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre agosto e outubro de 2016. Para compreender tais significações, optou-se por realizar as entrevistas narrativas nos municípios de São Borja (RS) e Itaqui (RS), pelo fato do *campus* São Borja ter realizado o Programa Mulheres Mil nessas localidades e ser o *campus* de atuação de uma das pesquisadoras. Escolheu-se o ano de 2012, pois foi o primeiro programa realizado por essa instituição, cujo foco foi a produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca.

Do universo de cem participantes do programa, foram selecionadas quatro mulheres, de forma não probabilística intencional, pois as entrevistadas foram escolhidas por meio de uma seleção racional para atingir os objetivos propostos. Sendo assim, para compreender as significações produzidas nas mulheres que participaram do Programa Mulheres Mil em questão, optou-se por entrevistar aquelas mulheres que de alguma forma se destacaram durante a realização do curso.

Resultados e discussão

Ao analisar as entrevistas narrativas, percebeu-se que, ao falarem de si, as mulheres atribuíram significados ao Programa Mulheres Mil, ao processo de escolarização profissionalizante do curso de Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca e ao processo de inclusão proposto. Cabe aqui indagar: será que a formação de professores nas áreas de biologia, física e química são suficientes para capacitar essas mulheres pobres e inclui-las social e produtivamente?

Destaca-se que o Programa Mulheres Mil passou a integrar o Pronatec em 2014, passando a exigir Ensino Médio como pré-requisito, e que o curso analisado ocorreu em 2012, quando não havia exigências quanto ao nível de escolarização. Dessa forma, as mulheres entrevistadas caracterizam-se por residir em bairros e vilas marcados pela pobreza extrema e violência, a maior parte delas com idade entre 30 e 40 anos, com filhos e com ensino fundamental incompleto.

As análises das narrativas trouxeram à tona significados comuns produzidos pelo Programa Mulheres Mil nas entrevistadas. As disciplinas voltadas para as questões pessoais, como as relacionadas a saúde física e mental das mulheres, geraram significados mais positivos, visto que acarretaram um aumento da autoestima. Essas questões são lembradas pelas entrevistadas como algo nunca antes a elas ensinado, nem na escola, nem na família, nem na sociedade, ilustrando o quanto o Estado lhes faltou, o quanto suas vidas foram precarizadas pela ausência de informações, de conhecimentos e de interações sociais. Por meio dessas disciplinas voltadas para questões biológicas, as mulheres participantes puderam conhecer o seu próprio corpo e (re)conheceram o seu lugar de igualdade ao lado dos seus companheiros – pais, filhos, homens – inclusão social.

Já as disciplinas voltadas para a nutrição, a educação socioambiental e a biofísica dos alimentos, abordaram aspectos mais direcionados a inclusão no mundo do trabalho público – inclusão produtiva –, visto que prepararam as mulheres para a produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca. As disciplinas técnicas para a produção e venda do pescado centravam-se na ideia do trabalho para a geração de renda, direcionando para o aumento da produtividade e da produção de rendimentos. Assim, é possível observar uma forma muito particular de conduzir essas mulheres vulneráveis, pautadas em preceitos não apenas moral, mas de ordem econômica.

Contudo, questiona-se a ideia dessa formação profissional disciplinada e técnica, que parece reafirmar as atividades ditas femininas – preparo de alimento – e reforça o processo de precarização do trabalho. Questiona-se, ainda, essa educação acelerada de mão de obra oferecida pelo Programa Mulheres Mil, com duração de 180 horas, consideradas insuficientes para capacitar as participantes e contribuir com sua inclusão.

Com as políticas de inclusão produtiva, como o Programa Mulheres Mil, o Estado oferece profissionalização às mulheres pobres, a fim de resolver problemas de desigualdade social verificados na sociedade brasileira. Contudo, tais cursos para reconfiguração do trabalho técnico caracterizam-se pela polarização das qualificações e dos postos de trabalho. De um lado, temos docentes engajados na formação acelerada de operárias para o exercício de atividades simples, pouco valorizadas socialmente, de baixa escolaridade e remuneração. E, de outro, para a escolarização de nível superior, para a realização de atividades por profissionais considerados qualificados, destinada às classes mais favorecidas (Ramos, 2012).

Entre essas políticas de educação profissional e tecnológica mencionadas por Ramos, encontra-se o Programa Mulheres Mil, que garante a profissionalização das mulheres pobres para ingresso no mundo do trabalho público e geração de renda.

Entretanto, esse programa, na forma de ensino técnico profissionalizante, parece que pouco condiz com o projeto de ascensão social da classe trabalhadora, estando vinculado somente ao interesse em curto prazo, talvez de cunho paliativo.

Percebe-se que os docentes estão engajados na formação acelerada de mão de obra, treinamento profissional, maior renda, melhor custo/benefício, juntamente com a disseminação de novas noções de competência e empregabilidade. Há uma “vinculação linear e mecânica entre educação e desenvolvimento econômico do país e entre educação e mobilidade social das pessoas”, voltados à empregabilidade (Ramos, 2012, p. 41).

Nesse contexto, a implantação e implementação do Programa Mulheres Mil justifica-se pelo cumprimento de diversas funções: garante o controle da produção e eleva a produtividade; ameniza a crise do emprego e fortalece a dissolução da identidade de classe (Braga, 1996; Oliveira, 2001). Em curto prazo, argumenta-se que esse seria o principal recurso que levaria ao aumento da riqueza e, portanto, do poder de consumo imediato dessas mulheres. Contudo, o discurso do Estado educador apoia-se na lógica do “velho discurso integrador”, que qualifica as mulheres para um mundo do trabalho público incerto, “para realização de atividades subalternas, com mínimas competências e habilidades”, e as mantém ocupadas “em situação de pobreza e exclusão social” (Paz & Oliveira, 2012, p. 140).

Sendo assim, o ingresso no mundo do trabalho público e a geração de renda, mesmo representando a afirmação dessas mulheres pobres como mulheres econômicas, não implicam na sua inclusão social, produtiva e política e o Programa Mulheres Mil acaba por contribuir com estrutura econômica vigente. Percebe-se que a formação docente neste programa está voltada para a formação por competências, carecendo de uma identidade fincada nos pressupostos da autonomia, igualdade e emancipação social, principalmente quando destinadas às mulheres em condições de pobreza.

Os docentes precisam propiciar às mulheres o domínio de saberes qualificadores para a formação de uma consciência crítica, para uma intervenção social mais consciente e mais autônoma e para o enfrentamento do processo de precarização do trabalho contemporâneo, e não meramente reproduzir competências e atividades, como as ligadas à pesca, ao preparo e à venda de alimentos.

Somente quando os educadores se colocarem a refletir sobre o que estão ensinando, em um contexto maior de desenvolvimento individual e social, o caminho para a emancipação se tornará possível (Oliveira, 2009). Neste sentido, é inegável que os professores de ciências devem ser profissionais competentes e compromissados com o trabalho, e não mais aqueles profissionais habilidosos em reproduzir um somatório de conhecimentos específicos e hierarquizados acerca de como desempenhar melhor os mesmos e antigos papéis. A educação decolonial deve, sobretudo, ser pautada no desenvolvimento de novas funções em uma sociedade que se renova, tomando essas mulheres as próprias “senhoras de seus destinos” (Teixeira & Barcelos, 2020).

Considerações finais

Conclui-se com esta pesquisa que os docentes de biologia, física e química que participaram do Programa Mulheres Mil propiciaram às mulheres participantes aprendizados sobre os direitos de igualdade que possuem perante os homens, igualdade para cuidar do seu corpo e fazer suas próprias escolhas, sendo possível perceber que o programa atingiu em partes o objetivo proposto.

A capacitação das mulheres e o desenvolvimento de competências para a diversificação da produção, ainda que pouco, contribuiu para o aumento da venda e, conseqüentemente, da receita. Contudo, trata-se de políticas aleatórias,

desarticuladas, que pontuam alguns efeitos e não a causa da pobreza; uma educação profissional pobre atender mulheres pobres.

As narrativas colocaram em evidência que essa educação profissional não provocou mudanças na divisão sexual do trabalho. E que, mesmo com a participação dessas mulheres no mundo do trabalho público após a participação no programa, muito pouco alterou suas funções de mãe e esposa no espaço doméstico. Assim, os cursos para a educação profissional têm sido o grande desafio da prática docente. Para atingirem o pressuposto da inserção social e no mundo do trabalho público, precisam ampliar as formas de educação, para formar cidadãs com pensamento crítico, autônomo e emancipador, atores sociais de mudança.

Referências bibliográficas

- Braga, R. (1996). *A reestruturação do capital: Um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã.
- Brasil. (2014). *Cartilha Mulheres Mil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf.
- Félix, J. (2012). Entrevistas on-line ou algumas pistas de como utilizar bate-papos virtuais em pesquisas na educação e na saúde. In D. E. Meyer & M. A. Paraíso (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação* (Cap. 6, pp. 116-134). Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Fidalgo, F., Correia, J. A. & Fidalgo, N. L. R. (2012). A avaliação como trabalho e o trabalho da avaliação. In R. de Oliveira. *Jovens, ensino médio e educação profissional: Políticas públicas em debate* (Cap.10). Campinas, SP: Papirus.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>.
- Jovchelovitch, S. & Bauer, M. (2002). Entrevista narrativa. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 90-113). Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, R. de (2001). *A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira*. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1.
- Oliveira, M. S. de (2009). Algumas considerações sobre a educação concebida por Karl Marx. *Educere et Educare Revista de Educação*, v. 4, n. 8, p. 199-212, jul./dez. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/2328>.
- Paz, S. R. & Oliveira, R. de (2012). A educação tecnológica e profissional como programa/política de Estado: Análise da Política Nacional de Qualificação Profissional do Brasil. In R. de Oliveira. *Jovens, ensino médio e educação profissional: Políticas públicas em debate* (Cap. 5). Campinas: Papirus.
- Pereira, J. S. A. (2015). *Programa Mulheres Mil: uma análise no campo das políticas de inclusão do IFSC*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158913/337031.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



Bogotá, 13 a 15 de octubre de 2021
Modalidad On Line – Sincrónico

Revista Tecné, Episteme y Didaxis: TED. Año 2021. Número Extraordinario. ISSN impreso 0121-3814. E-ISSN 2323-0126.
Memorias del IX Congreso Internacional Sobre Formación de Profesores de Ciencias.

Lema.

¿Cuál educación científica es deseable frente a los desafíos en nuestros contextos latinoamericanos? Implicaciones para la formación de profesores.

-
- Piovesan, F. (2005). Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, pp. 43-55, jan./abr.
- Ramos, M. N. (2006). A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? (3a ed.). São Paulo: Cortez.
- Ramos, M. N. (2012). A educação tecnológica como política de Estado. In R. de Oliveira. *Jovens, ensino médio e educação profissional: Políticas públicas em debate* (Cap. 1). Campinas, SP: Papirus.
- Teixeira, C. de S. N. G. & Barcelos, D. de J. R. (2020). A educação como instrumento de decolonialidade do trabalhador. In P. H. B. da Rocha, J. L. Q. de Magalhães & P. M. P. de Oliveira. *Decolonialidade a partir do Brasil* (pp. 69-94). Belo Horizonte: Editora Dialética.